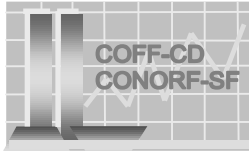


CONGRESSO NACIONAL
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal



CONGRESSO NACIONAL
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Câmara dos Deputados)
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle (Senado Federal)

Nota Técnica Conjunta n° 09 / 2008

Avaliação da proposta orçamentária dos órgãos orçamentários da área temática VIII para o exercício de 2009

COFF/CD
CONOF/SF

Set/2008

Endereços na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/> e <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>
e-mail: conof@camara.gov.br

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da CMO, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de quaisquer dos seus membros. Participaram da elaboração desta Nota: CONORF/SF – José de Ribamar Pereira da Silva; COFF/CD – Sérgio Tadao Sambosuke .
Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido total ou parcialmente, citados os autores e as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar a proposta orçamentária para 2009, relativa à Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, que compreende as programações da Presidência da República, dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores.

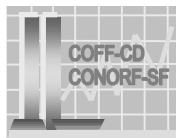
ANÁLISE

A Área Temática VIII é a única que lida com órgãos dos três Poderes. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, cuida de todos os órgãos orçamentários; no caso do Executivo, cuida da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, além dos órgãos do Ministério Público da União. Nesse sentido, pode-se afirmar ser o único Setor capaz de aferir e proporcionar a harmonia e independência dos Poderes, a que se refere o art. 2º da Constituição Federal, nos seus aspectos orçamentários e financeiros.

Integram a Área VIII os seguintes órgãos orçamentários:

Órgão - Código e Descrição
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
02000 - SENADO FEDERAL
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12000 - JUSTIÇA FEDERAL
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No âmbito desses órgãos estão subordinadas 106 unidades orçamentárias, uma a menos que em 2008. Saiu da Área a unidade relativa à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que se transformou no órgão 58000 – Ministério da Pesca e Aquicultura. A unidade orçamentária 20401 – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. - RADIOBRÁS, presente no orçamento de 2008, foi incorporada à unidade 40415 – Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, nos termos da Lei 11.652/2008 (art. 9º, § 1º).



As ações mais demandadas para a apresentação de emendas, considerando o processo legislativo de 2008, estão concentradas na Presidência da República, onde foram apresentadas 203 emendas, que correspondem a 59,7% do total das 340 apresentadas no Setor. Desconsiderando a extinta Secretaria da Pesca, que demandava o maior número, são as seguintes as unidades orçamentárias onde mais se apresentam emendas:

Cód	Unidade Orçamentária - UO
20121	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
20122	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
20126	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

UO 20.121 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

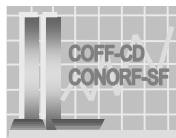
Cuida da articulação e implementação de Políticas Públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos. Presta assessoria direta e imediata ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária, entre outras funções. Recebeu 49 emendas em 2008, cerca de 14,4% do total da Área. Ações orçamentárias de maior interesse:

Ação (Código e Descrição)
8804 - APOIO A SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUÍTA (BALCÕES DE DIREITOS)
2A56 - APOIO A SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA
8799 - APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

UO 20.122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida, tentando estabelecer transversalidades nos diversos órgãos da administração pública, por intermédio de diversas instâncias governamentais, para o enfrentamento de desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes. Recebeu 36 emendas em 2008, que representam 10,5%. Ações de maior interesse:

Ação (Código e Descrição)
8843 - INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES
2C52 - AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
8834 - APOIO A INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NOS EIXOS TEMÁTICAS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



UO 20.126 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Tem como objetivo promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância com ênfase na população negra. Recebeu 34 emendas em 2008, que são 10% do total. As emendas foram direcionadas para apenas duas ações, quais sejam:

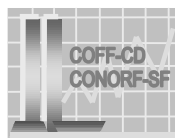
Ação (Código e Descrição)
8362 - APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
6440 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Em referência aos órgãos do Poder Judiciário, cujas emendas em 2008, no total de 68, foram apresentadas em maior número na Unidade Orçamentária 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau, as principais ações de interesse são: Construção de Cartórios Eleitorais, Construção de Edifícios-Sede da Justiça Federal, Aquisição de Edifícios para diversas unidades da Justiça Federal e do Trabalho, Implantação de Varas do Trabalho e Federais em diversos municípios.

Em relação aos órgãos do Poder Legislativo, as emendas se resumiram a 9, considerando-se a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União, e se referiam, em especial, a despesas de construção e ampliação de prédios e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

No caso dos órgãos que compõem o Ministério Público da União, as emendas, no total de 58, se dirigiram basicamente à reforma, aquisição e construção de edifícios.

As três tabelas abaixo mostram a importância da participação parlamentar, por meio de emendas, na alocação de recursos nas unidades orçamentárias e respectivas ações supramencionadas:



PLOA 2009 X PLOA 2008 - Principais Ações da Área VIII

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

AÇÃO (Código e Descrição)		Inicial 2008	Autor. 2008	PLOA 2009	Var. %
6440	FOMENTO AO DESENVOLV. LOCAL PARA COMUM. REMANESCENTES DE QUILOMBOS	4.220.000,00	4.220.000,00	4.916.000	16,49
8362	APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	15.220.000,00	15.970.000,00	5.000.000	31,31
SOMA		19.440.000,00	20.190.000,00	9.916.000	49,11

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

AÇÃO (Código e Descrição)		Inicial 2008	Autor. 2008	PLOA 2009	Var. %
2C52	AMPLIAÇÃO E CONSOLID. DA REDE DE SERV. ESPEC. DE ATEND. ÀS MULHERES EM SIT. DE VIOLÊNCIA	18.130.000,00	18.130.000,00	19.050.000	105,07
8834	APOIO A INICIATIVAS DE REF. NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PLANO NAC. DE POL. P/ AS MULHERES	11.150.000,00	11.150.000,00	600.000	5,38
8843	INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES	3.950.000,00	3.950.000,00	1.200.000	30,38
SOMA		33.230.000,00	33.230.000,00	20.850.000	62,74

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

AÇÃO (Código e Descrição)		Inicial 2008	Autor. 2008	PLOA 2009	Var. %
2A56	APOIO A SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA	2.080.000,00	2.080.000,00	500.000	24,04
8799	APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS	1.000.000,00	950.000,00	200.000	21,05
8804	APOIO A SERV. DE ORIENT. JUR. GRAT., MED. DE CONFL. E INFORM. EM D. H. (BALCÕES DE DIREITOS)	7.950.000,00	7.300.000,00	1.100.000	15,07
SOMA		11.030.000,00	10.330.000,00	1.800.000	17,42

Fonte: B.O. - Senado Federal

Das oito ações estudadas, apenas a 6440 e 2C52 vêm com dotação no PL superior aos valores constantes da Lei Orçamentária vigente. No conjunto das ações, no entanto, os valores são bem inferiores aos montantes finais. No caso da Secretaria Especial dos direitos Humanos, por exemplo, o montante constante do PLOA 2009 representa tão-só 17,42% do total autorizado em 2009. A diferença de cerca de 83% decorre basicamente da apresentação de emendas no Congresso Nacional.

VALORES ORÇADOS PARA 2009

O montante programado para essa área temática totaliza R\$ 50,6 bilhões, sendo R\$ 42,7 bilhões do orçamento fiscal, R\$ 7,7 bilhões do orçamento da seguridade social e R\$ 155,9 milhões do orçamento de investimento das estatais. A tabela abaixo registra a distribuição desse montante, por Poder, comparado ao valor autorizado inicialmente na LOA/2008 e com o valor autorizado para 2008 (considera os créditos adicionais abertos no exercício até o presente momento).

PLOA 2009 X LOA 2008 - ÁREA VIII POR PODER

PODER	Dot. Inicial 2008	Autorizado 2008	PLOA 2009	Var. %
Legislativo	7.454.218.871,00	7.547.931.385,00	7.656.904.203	101,44
Judiciário	26.445.891.975,00	26.468.492.933,00	30.709.520.417	116,02
Executivo	10.231.457.300,00	10.127.565.945,00	12.278.586.244	121,24
TOTAIS	44.131.568.146,00	44.143.990.263,00	50.645.010.864	114,73

Fonte: B.O. - Senado Federal

Como se pode observar, as dotações alocadas na Área VIII foram aumentadas em 14,73%, comparadas com o total autorizado em 2008, sendo que o Poder Executivo obteve o maior incremento (21,24%). O Poder Legislativo teve variação positiva de apenas 1,44%.

A tabela a seguir compara o volume de recursos da proposta para 2009 com os valores da LOA/2008, dotação inicial e autorizado até o momento, por órgão orçamentário:

PLOA 2009 x LOA 2008 - ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

ÓRGÃO (Código e Descrição)	Inicial 2008	Autorizado 2008	PLOA 2009	PARTIC. %	Var. %
01000 CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.721.800.080,00	3.721.800.080,00	3.574.841.757	7,06%	96,05
02000 SENADO FEDERAL	2.677.364.412,00	2.677.364.412,00	2.801.944.865	5,53%	104,65
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.055.054.379,00	1.148.766.893,00	1.280.117.581	2,53%	111,43
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	479.323.973,00	479.323.973,00	580.292.865	1,15%	121,06
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	786.864.801,00	786.864.801,00	866.266.650	1,71%	110,09
12000 JUSTIÇA FEDERAL	9.208.255.342,00	9.213.883.192,00	11.395.336.226	22,50%	123,68
13000 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	285.456.595,00	285.456.595,00	315.854.247	0,62%	110,65
14000 JUSTIÇA ELEITORAL	4.247.689.770,00	4.261.966.904,00	4.179.462.490	8,25%	98,06
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO	10.236.559.682,00	10.239.255.656,00	11.985.776.649	23,67%	117,06
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.201.741.812,00	1.201.741.812,00	1.386.531.290	2,74%	115,38
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	5.439.618.292,00	5.327.662.937,00	6.824.285.859	13,47%	128,09
34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.052.726.086,00	3.060.726.086,00	3.344.852.933	6,60%	109,28
35000 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.739.112.922,00	1.739.176.922,00	2.109.447.452	4,17%	121,29
SOMA	44.131.568.146,00	44.143.990.263,00	50.645.010.864	100,00%	114,73

Fonte: B.O. - Senado Federal

A maior parcela das dotações da Área VIII está alocada na Justiça do Trabalho, que concentra 23,67% do total, sendo seguida pela Justiça Federal, com 22,50%. Somadas, detêm quase metade do total das dotações (46,17%). O Supremo Tribunal Federal, com 1,15%, e o Superior Tribunal de Justiça, com 1,71%, são os órgãos com menor participação percentual na Área.

Observa-se que, seguindo o valor global, a maioria dos órgãos apresentaram aumento nas dotações, sendo os mais expressivos os verificados na

Presidência da República (28%), na Justiça Federal (24%), no Supremo Tribunal Federal e no Ministério das Relações Exteriores (21% cada). Na outra ponta, apresentam redução nas dotações a Câmara dos Deputados (4%) e a Justiça Eleitoral (2%). Neste último caso é compreensível a redução, haja vista que 2009 não é ano eleitoral, o que indica redução dos gastos comparativamente a 2008, em que há eleições municipais.

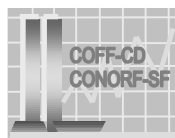
A tabela abaixo mostra a evolução dos gastos segundo o grupo de natureza de despesa - GND.

	A	B	C	D	E	F	G
2	PLOA 2009 X LOA 2008 - GND						
4		GND (Código e Descrição)	Inicial 2008	Autoriz. 2008	PLOA 2009	PARTIC. %	Var. %
5	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.299.555.603	32.493.626.612	38.224.853.576	75,48%	117,64
6	2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.039.041	3.517.461	3.980.025	0,01%	113,15
7	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.858.248.960	8.726.380.570	9.600.899.404	18,96%	110,02
8	4	INVESTIMENTOS	2.432.686.463	2.390.205.673	2.482.881.912	4,90%	103,88
9	5	INVERSÕES FINANCEIRAS	411.443.405	405.799.519	229.011.479	0,45%	56,43
10	6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.714.674	4.580.428	2.565.000	0,01%	56,00
11	9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	119.880.000	119.880.000	100.819.468	0,20%	84,10
12		SOMA	44.131.568.146	44.143.990.263	50.645.010.864	100,00%	114,73
13	Fonte: B.O. - Senado Federal						

O quadro acima demonstra que, na Área, as despesas concentram-se fortemente nos itens pessoal, cuja soma atinge 75,48% do total, e outras despesas correntes, que atinge 18,96% do total. Tais gastos, os primeiros, por serem obrigatórios, e os segundos, por se relacionarem com a manutenção, conservação e funcionamentos dos órgãos, são praticamente irredutíveis, tornando bastante reduzida a possibilidade de cortes para favorecer o atendimento de emendas. Os gastos com investimentos representam 4,9% e os demais gastos somam 0,66%.

Os gastos com pessoal e encargos são os que demonstram maior crescimento (cerca de 17,64%), em relação ao autorizado para 2008. Os juros e encargos com a dívida subiram cerca de 13,15%, embora tenham caído (1,5%) em relação ao valor original da LOA/2008. O aumento com outras despesas correntes também revela-se elevado, cerca de 10%.

A tabela a seguir mostra os valores programados para as despesas com pessoal, por Poder e Órgão:



PLOA 2009 X LOA 2008 - Pessoal por PODER E ÓRGÃO

PODER E ÓRGÃO		Dot.Inicial 2008	Autor. 2008	PLOA 2009	Var. %
Poder Legislativo	CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.731.277.332	2.731.277.332	2.609.619.797	95,55
	SENADO FEDERAL	2.138.518.548	2.138.518.548	2.220.901.457	103,85
	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	881.020.572	974.271.269	1.123.594.764	125,33
	Subtotal	5.750.816.452	5.844.067.149	5.954.116.018	101,88
Poder Judiciário	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1018.498.756	1018.498.756	1.168.606.795	114,74
	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	251503.667	251503.667	299.770.484	119,19
	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	634.789.777	634.787.277	704.616.459	111,00
	JUSTIÇA FEDERAL	6.830.845.893	6.939.546.457	8.729.277.823	125,79
	JUSTIÇA ELEITORAL	2.878.403.843	2.878.403.843	3.080.600.560	107,02
	JUSTIÇA DO TRABALHO	9.152.737.009	9.155.211.045	10.833.416.325	118,33
	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	238.675.993	238.675.993	268.916.719	112,67
	Subtotal	21.005.454.938	21.116.627.038	25.085.205.165	118,79
Poder Executivo	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.409.622.926	2.399.207.138	3.465.128.368	144,43
	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	719.705.772	719.769.772	1.031.041.606	143,25
	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2.413.955.515	2.413.955.515	2.689.362.419	111,41
	Subtotal	5.543.284.213	5.532.932.425	7.185.532.393	129,87
TOTAL		32.299.555.603	32.493.626.612	38.224.853.576	117,64

Fonte: B.O. - Senado Federal

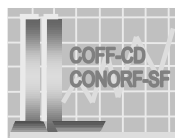
Os órgãos que mais pressionaram o aumento das despesas com pessoal na Área VIII foram a Presidência da República, com aumento de 44,43% em relação ao total autorizado para 2008, e o Ministério das Relações Exteriores, com 43,25%, ambos do Poder Executivo. O aumento total no âmbito do Executivo atinge o percentual de 29,87%, bem superior ao incremento verificado no Poder Judiciário, de 18,79%, e do Poder Legislativo, que ficou com meros 1,88%.

A Câmara dos Deputados foi o único órgão a sofrer redução (4,45%) nas dotações para gasto com pessoal. O Senado Federal foi o que teve o menor aumento em suas dotações (3,85%).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PPI, DO PAC E DAS PRIORIDADES E METAS DEFINIDAS NO ANEXO I DA LDO/2009.

Apesar da magnitude da Área VIII e da importância dos seus órgãos na construção de um país socialmente mais justo e economicamente mais forte, nenhuma das ações alocadas no Setor foi incluída no conceito de Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI. Deve-se lembrar que as ações constantes do PPI gozam do privilégio de serem deduzidas da meta de resultado primário, querendo isso dizer que contam com dotações que não sofrem contingenciamentos.

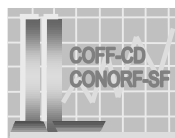
No que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que é integrado por todo o PPI e outras ações selecionadas pelo Poder Executivo, a



proposta para essa área temática contempla as seguintes programações, no montante de R\$ 700 milhões, todas dentro da Secretaria Especial de Portos:

Cód. ação / subtítulo	Ação	Subtítulo	Valor
009O.0035	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)	No Estado de São Paulo	20.000.000
009R.0015	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde (PA)	No Estado do Pará	42.908.470
0A45.0035	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)	No Estado de São Paulo	7.200.000
0E23.0032	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo	No Estado do Espírito Santo	10.000.000
1K26.0021	Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA)	No Estado do Maranhão	600.000
7F21.0021	Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto de Itaqui (MA)	No Estado do Maranhão	3.000.000
10NP.0042	Construção do Berço 401-A no Porto de São Francisco do Sul (SC)	No Estado de Santa Catarina	2.000.000
10NQ.0042	Realinhamento e Reforço Estrutural do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul (SC)	No Estado de Santa Catarina	5.000.000
111F.0043	Ampliação de Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)	No Estado do Rio Grande do Sul	6.400.000
114G.0101	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Vitória - ES	1.000.000
114G.0103	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Rio Grande - RS	118.000.000
114G.0105	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Santos - SP	100.000.000
114G.0107	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Imbituba - SC	1.000.000
114G.0109	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Itajaí - SC	12.078.530
114G.0111	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de São Francisco do Sul - SC	20.000.000
114G.0113	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Itaguaí - RJ	30.000.000
114G.0115	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Rio de Janeiro - RJ	60.000.000
114G.0117	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Fortaleza - CE	34.400.000
114G.0119	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Salvador - BA	1.000.000
114G.0121	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Candeias - BA	49.000.000
114G.0123	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Ipojuca - PE	125.000.000
114G.0125	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Recife - PE	24.413.000
114G.0127	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Natal - RN	1.000.000
114G.0129	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Cabedelo - PB	1.000.000
114G.0131	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	No Município de Paranaguá - PR	15.000.000
20B9.0001	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário	Nacional	10.000.000

Quanto às metas prioritizadas no Anexo I da LDO 2009, as ações relativas à Área VIII estão demonstradas na tabela a seguir:



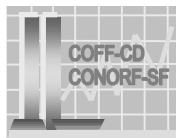
CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria e Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

	A	B	C	E	F	G	
2	Metas e Prioridades da LDO2009 - Área VIII						
4	Progr	Ação (Código e Descrição)			Meta PLOA 2009	Meta LDO 2009	R\$ PLOA 2009
5	0073	2061	DISQUE DENÚNCIA DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.533	17.613	500.000	
6	0073	8787	AÇÕES INTEGRADAS DE ENFRENT. AO ABUSO, TRÁFICO E EXPL. SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESC. - PAIR	22	52	2.788.386	
7	0152	8794	APOIO A CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO	14	9	51.000.000	
8	0154	2A56	APOIO A SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA	5.400	12.000	500.000	
9	0154	8799	APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS	2	1	200.000	
10	0154	8802	APOIO À MOBILIZAÇÃO PARA O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E FORNECIMENTO DE DOC. CIVIL BÁSICA	20	271.776	6.794.396	
11	0155	10B9	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO	25	25	1.000.000	
12	0155	4904	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM DIREITOS HUMANOS	1	1	60.000	
13	0156	2052	AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE SERV. ESPECIALIZ. DE ATEND. ÀS MULHERES EM SIT. DE VIOLÊNCIA	113	113	19.050.000	
14	0156	6812	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	10.000	10.000	2.000.000	
15	0156	8831	CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180	240.000	240.000	2.000.000	
16	0156	8833	APOIO A INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO	10	10	500.000	
17	0156	8832	APOIO A INICIATIVAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	30	41	3.294.000	
18	0496	4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	212	150	500.000	
19	0571	11BC	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO EM TERESINA-PI	8	6	2.947.105	
20	0571	1E39	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO	3	24	3.109.285	
21	0665	8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL ANTIDROGAS	17	32	8.415.000	
22	0670	4278	APOIO A SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	1.060	1.137	13.200.000	
23	0670	6762	PROTEÇÃO A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS	40	52	2.000.000	
24	0670	8806	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM	671	671	10.239.091	
25	0750	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	4.665	34.174	2.351.574	
26	1086	8801	APOIO À IMPLANT. DE CONSELHOS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS	5	8	500.000	
27	1264	6098	RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES COM A CHINA, ÍNDIA, JAPÃO E DEMAIS PAÍSES DA ÁSIA E OCEANIA	21	1	45.000.000	
28	1336	2D48	APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA QUILOMBOLA EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	16	10	800.000	
29	1336	6440	POIMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	80	411	4.916.000	
30	1402	8814	CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	10.000	5.770	1.100.000	
31	1402	8815	COMITÊS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	12	28	1.200.000	
32	1404	8817	CENTROS INTEGRADOS DE APOIO PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	3.000	629	700.000	
33	1432	8362	APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	120	570	5.000.000	
34	1433	8837	INCORPORAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS POLÍTICAS DE SAÚDE	5	5	200.000	
35	1457	7F21	CONSTRUÇÃO DO BERÇO 100, ALARGAMENTO DO CAIS SUL E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE ITAQUI (MA)	1	32	3.000.000	
36	8034	0A26	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO	300.000	1.178.800	141.165.512	
37	8034	2A95	ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJETO URBANO E CAMPO	600.000	439.400	449.957.201	
38	SOMA						785.997.550
39	Fonte: B.O. - Senado Federal e SELDOR - Câmara dos Deputados						

Conforme se verifica, das ações desta Área Temática constantes do Anexo I da LDO 2009, 33 foram incluídas no PLOA 2009, ora em análise pelo Congresso Nacional. A LDO estabelece, por força da Constituição Federal, as metas que devem ter primazia na alocação dos recursos. Assim sendo, o PLOA objeto da LDO deveria trazer no mínimo a quantidade de metas estabelecidas na LDO. No entanto, não é isso que mais uma vez ocorre. Como se pode observar na tabela acima, apenas em nove ações (8794, 8799, 4091, 11BC, 6098, 2D48, 8814, 8817 e 2A95) as metas constantes do PLOA 2009 são superiores às definidas no Anexo I da LDO 2009.



Por outro lado, as ações abaixo relacionadas sequer foram contempladas no PLOA 2009:

Código	Ação
8800	Apoio a Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos
7I45	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
1H21	Reforma e Adaptação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região em São Luís - MA
10CC	Recuperação do Porto de Cabedelo (PB)
112I	Construção de Acesso Aquaviário à Ilha de Tatuoca do Porto de Suape (PE)
7J13	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Pecém (CE)
7K15	Construção da Infra-estrutura Portuária de Paranaguá (PR)
7L25	Expansão e Modernização do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)